



# Prefeitura Municipal de Andradas, Minas Gerais

Praça Vinte e Dois de Fevereiro, s/nº - CEP 37795-000 — CNPJ nº 17.884.412/0001-34

Fone: (35) 3739-2000 - endereço eletrônico: [gabinete@andradas.mg.gov.br](mailto:gabinete@andradas.mg.gov.br)

sítio oficial na internet: [www.andradas.mg.gov.br](http://www.andradas.mg.gov.br)

**Ofício n.º 240/2023/Gabinete do Prefeito**

Andradas, 27 de março de 2023

Assunto: **informa**

**Senhor Presidente,**

Considerando que a Excelentíssima Senhora Prefeita se encontra em viagem à cidade de Brasília para tratar de interesses desta municipalidade e em resposta ao Ofício n.º 064/2023/Gabinete da Presidência, **Requerimento n.º 012/2023**, formulado pelo Vereador **Luiz Benedito Raimundo**, protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 2987/2023, informo que a solicitação foi encaminhada à Secretária de Saúde e Ação Social que exarou parecer acerca da matéria, cuja cópia segue anexa para conhecimento e leitura em plenário.

Respeitosamente,

  
**Valdir Basso**

Secretário Municipal de Governo, Segurança Pública  
e Defesa do Cidadão

**Excelentíssimo Senhor**  
**Paulo Cesar Moreira**  
**Presidente da Câmara Municipal**  
**Andradas, MG**

# Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor  
independente

Em 31 de dezembro de 2017



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016	13

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.**

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -  
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf,  
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Diretores e Administradores da  
**Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA**  
Andradas – MG

## Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA, pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

## Base para abstenção de opinião

### Limitação ao escopo de auditoria – Não acompanhamento de inventário físico dos estoques

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, fomos designados como auditores da Entidade, em 07 de abril de 2022, e, portanto, não acompanhamos o inventário físico dos estoques do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, objeto de nossa auditoria do presente exercício, que está apresentado no montante de R\$ 80 mil. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades em estoque em 31 de dezembro de 2017. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do saldo comentado, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

### Respostas de circularizações – ausência do recebimento em sua totalidade

Na realização de nossos exames das demonstrações de 31 de dezembro de 2017 da Entidade, não obtivemos todas as respostas às cartas de circularizações enviadas aos assessores jurídicos contendo o prognóstico de perda para 31 de dezembro de 2017, relativo à situação das contingências de natureza trabalhista, tributária e cível e, também, da instituição financeira Banco Itaú. Não foi possível nas circunstâncias realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos a necessidade de constituição de provisões, complemento ou baixa de saldos que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### **Limitação ao escopo de auditoria – Empréstimos e financiamentos junto ao Banco Itaú**

Na realização de nossos exames das demonstrações de 31 de dezembro de 2017 da Entidade, não obtivemos evidência documental para o saldo passivo em aberto junto ao Banco Itaú no montante de R\$ 211 mil, conforme Nota Explicativa nº 11. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do saldo em questão, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 01 às demonstrações contábeis, que indica que a Entidade incorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em um déficit líquido de R\$ 2.703 mil. Adicionalmente, a Entidade apresentou em 31 de dezembro de 2017 um Patrimônio Líquido a Descoberto no montante de R\$ 6.079 mil e um déficit acumulado de R\$ 6.398 mil. Por fim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o passivo circulante da Entidade excedeu o ativo circulante em R\$ 3.649 mil. Tais fatores estão vinculados diretamente a capacidade da Entidade continuar operando normalmente suas atividades. A administração da Entidade está desenvolvendo medidas para retomada da saúde financeira da Entidade, visando minimizar os impactos financeiros advindos dos déficits acumulados e a manutenção da capacidade operacional.

### **Ativo imobilizado – Ausência de inventário físico dos bens, levantamento da vida útil econômica e análise do valor recuperável**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2017 a Entidade possui registrado na rubrica “Imobilizado” no ativo não circulante, o montante de R\$ 1.668 mil, sobre os quais não procedeu à realização de inventário físico dos bens, revisão da vida útil dos bens, bem como não efetuou uma análise para avaliar a acuracidade do valor recuperável, em conformidade com a Seção 17 – Ativo imobilizado, conforme Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, aprovada pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade) (R1). Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluir quanto aos possíveis ajustes e itens de divulgação, se houver, nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### **Revisão dos saldos iniciais**

Os saldos de 31 de dezembro de 2016, apresentados de forma comparativa, não foram revisados ou examinados por nós e nem por outros auditores independentes, além disso, os procedimentos adicionais desenvolvidos, decorrentes de um primeiro trabalho de auditoria sobre transações e valores que compõe os saldos em 31 de dezembro de 2017 não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado e a posição patrimonial da Entidade relativo ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2017.

### **Limitação ao escopo de auditoria – Divergência a ser conciliada para a rubrica contábil de fornecedores e outras obrigações a pagar**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2017 a Entidade possui registrado na rubrica “Fornecedores e outras obrigações a pagar” no passivo circulante, o montante de R\$ 2.791 mil. Tal montante, quando confrontado com o relatório financeiro analítico de fornecedores e contas a pagar apresentou divergência relevante, na qual a contabilidade apresentou saldo superior ao financeiro em R\$ 2.531 mil. Diante de tal fato e da ausência de explicações para a divergência identificada, ficamos impossibilitados de avançar para as devidas análises de auditoria. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do saldo em questão, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

### **Pessoas jurídicas – possibilidade de caracterização de vínculo empregatício**

A Entidade remunera os profissionais médicos na forma de pessoa jurídica, os quais prestam serviços com características que podem ensejar a caracterização de vínculo empregatício. No ano de 2017 foi transitado e julgado o processo judicial número 0011191-52.2015.5.03.0149 de autoria do Ministério Público do Trabalho, onde a Entidade foi condenada a pagamento de multa no montante R\$ 200 mil e a manter dentro do regime de contratação conforme a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) o mínimo de 2/3 (dois terços) dos médicos os quais prestam serviços para a Entidade. Após inúmeras negociações por parte do corpo jurídico da Entidade, a multa acumulada foi perdoada, e o cumprimento da sentença prorrogado até o dia 06 de novembro de 2021. O dano moral reduzido de R\$ 100 mil para R\$ 50 mil a ser pago em 10 parcelas de R\$ 5 mil, tendo a reversão do valor para combate a COVID-19.

Até o momento, todos os médicos que prestam serviços para a Entidade continuam no formato de pessoa jurídica. Assim, tal fato está em desconformidade com a citada sentença judicial.

Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto a totalidade dos impactos financeiros em uma autuação frente a cobrança de encargos trabalhistas retroativos para os médicos prestadores de serviços, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

### **Imunidade tributária – Risco de suspensão ou descaracterização**

A Entidade possui imunidade tributária, sendo uma associação filantrópica, sem fins lucrativos que tem por atividade preponderante desenvolver ações à saúde e prestação de serviços de assistência médico-hospitalar a pacientes do município de Andradas-MG e região. A Entidade possui reconhecimento de utilidade pública nos âmbitos Federal sob nº 25.337/72 e Municipal sob nº 248, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), Processo nº 2500.007629/2016-87.

Isto posto, para que a Entidade mantenha sua imunidade tributária deverá manter uma série de requisitos conforme regulamentações fiscais. Chamamos a atenção para o fato da Entidade estar em desconformidade com situações que podem acarretar quanto a questionamentos por parte dos órgãos legais e fiscalizadores no tocante a imunidade tributária, como exemplos **(i)** pelo pagamento de multas por entrega em atraso das obrigações acessórias da Escrituração Contábil Digital (ECD) e da Escrituração Contábil Fiscal (ECF); **(ii)** pelo fato da Entidade estar respondendo por processos judiciais por caracterização de apropriação indébita de tributos retidos; **(iii)** por não apresentar certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); **(iv)** pelo fato da remuneração do gestor executivo não ter sido aprovada e realizada por órgão de deliberação superior da Entidade e por não estar registrada em Ata. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto a totalidade dos impactos financeiros em uma autuação frente a suspensão ou descaracterização da imunidade tributária, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

### **Ajustes de exercícios anteriores**

Conforme Nota Explicativa nº 16.2, a Entidade efetuou correções de exercícios anteriores diretamente no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2017 no montante líquido de déficit de R\$ 153 mil, sem a devida reabertura do balanço de 31 de dezembro de 2016 para fins de comparação conforme requerido pela Seção 10 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, aprovada pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade) (R1). Conseqüentemente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nas demonstrações contábeis, a comparabilidade das rubricas contábeis das respectivas contrapartidas dos lançamentos de ativo e passivo ficaram subavaliadas ou superestimadas e o patrimônio líquido está superestimado no valor citado acima.

## Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação a Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Ribeirão Preto, 20 de fevereiro de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 2SP-034.766/O-0



Marcelo Castro Valentini  
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

# Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u> <u>(Não auditado)</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	239	246
Contas a Receber	6	797	1.234
Estoques	7	80	158
Adiantamentos	8	<u>277</u>	<u>10</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>1.393</u>	<u>1.648</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos Judiciais	-	31	31
Contas a Receber	6	7	9
Imobilizado	9	1.668	1.905
Intangível	-	<u>6</u>	<u>6</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>1.712</u>	<u>1.951</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>3.105</u></u>	<u><u>3.599</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

### PASSIVO

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u> <u>(Não auditado)</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores e outras obrigações a pagar	10	2.791	2.908
Empréstimos e financiamentos	11	61	19
Empréstimos e financiamentos Pessoa Física	-	90	90
Serviços prestados pessoas físicas	-	48	130
Serviços prestados pessoas jurídicas	-	12	16
Obrigações tributárias	-	87	264
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	881	819
Adiantamentos de Clientes	-	3	-
Tributos Parcelados	13	760	472
Outras Obrigações Tributárias	-	309	4
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>5.042</u>	<u>4.722</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e Financiamentos	11	1.720	1.161
Provisão de Contingências	14	9	59
Tributos Parcelados	13	2.413	880
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>4.142</u>	<u>2.100</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	16		
Patrimônio Social		10	10
Reserva patrimonial		309	309
Resultados acumulados		(6.398)	(3.542)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>(6.079)</u>	<u>(3.223)</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>3.105</u></u>	<u><u>3.599</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

### Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u> <u>(Não auditado)</u>
<b>Receitas operacionais</b>			
Receita operacional líquida	17	11.304	10.572
Custos dos serviços	18	(10.357)	(9.777)
<b>Resultado bruto</b>		<u>947</u>	<u>795</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal	19	(1.009)	(290)
Despesas administrativas e gerais	20	(6.194)	(1.867)
Outras receitas e despesas	21	4.345	404
		<u>(2.858)</u>	<u>(1.753)</u>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<u>(1.911)</u>	<u>(958)</u>
Receitas financeiras	-	20	12
Despesas financeiras	22	(812)	(192)
<b>Déficit do exercício</b>		<u>(2.703)</u>	<u>(1.138)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

### Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (Não auditado)
<b>Déficit do exercício</b>	(2.703)	(1.138)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>(2.703)</u></u>	<u><u>(1.138)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Reserva patrimonial</u>	<u>Resultados acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2016 (Não auditado)</b>	10	309	(3.255)	(3.255)
Déficit do exercício	-	-	(1.138)	(1.138)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	1.170	1.170
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Não auditado)</b>	----- 10	----- 309	----- (3.223)	----- (3.223)
Déficit do exercício	-	-	(2.703)	(2.703)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(153)	(153)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	----- <u>10</u>	----- <u>309</u>	----- <u>(6.079)</u>	----- <u>(6.079)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (Não auditado)
<b>Superávit do exercício</b>	(2.703)	(1.138)
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e amortização	266	198
Provisão para contingências	(50)	59
Ajustes de exercícios anteriores	(153)	1.170
	(2.640)	289
<b>Variação nos ativos e passivos</b>		
<b>(Aumento) redução nos ativos em:</b>		
Contas a receber	437	(279)
Estoques	78	(1)
Outros ativos	(265)	(50)
Fornecedores e outras obrigações a pagar	(117)	2.180
Salários, férias e encargos a pagar	62	450
Serviços prestados pessoas físicas	(82)	(30)
Serviços prestados pessoas jurídicas	(4)	(1.142)
Obrigações tributárias	128	61
Tributos parcelados	1.821	371
Outros passivos	3	(1.794)
<b>Caixa líquido decorrente das atividades operacionais</b>	(579)	55
Aquisição de ativo imobilizado	(29)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	(29)	-
Empréstimos e financiamentos	601	(504)
Empréstimos e financiamentos Pessoa Física	-	(43)
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento</b>	601	(547)
<b>Diminuição no caixa e equivalentes de caixa</b>	(7)	(492)
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	246	738
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	239	246
<b>Diminuição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(7)</u>	<u>(492)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ANDRADAS é uma pessoa jurídica de direito privado, associação filantrópica, sem fins lucrativos que tem por atividade preponderante desenvolver ações à saúde e prestação de serviços de assistência médico-hospitalar a pacientes desta localidade e da região, de qualquer categoria, ou seja, a pacientes hipossuficientes, previdenciários, conveniados ou particulares.

Sua Sede está localizada na cidade de Andradas à Rua Capitão Cirilo, nº 668, Bairro Alto Alegre, CEP 37795-000.

A Entidade possui reconhecimento de utilidade pública nos âmbitos (Federal sob nº 25.337/72 e Municipal sob nº 248, reconhecido como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), Processo nº. 2500.007629/2016-87.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Entidade apresentou um déficit líquido de R\$ 2.703 mil. Adicionalmente, a Entidade apresentou em 31 de dezembro de 2017 um Patrimônio Líquido a Descoberto no montante de R\$ 6.079 mil e um déficit acumulado de R\$ 6.398 mil. Por fim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o passivo circulante da Entidade excedeu o ativo circulante em R\$ 3.649 mil. Tais fatores estão vinculados diretamente a capacidade da Entidade continuar operando normalmente suas atividades. A administração da Entidade está desenvolvendo medidas para retomada da saúde financeira da Entidade, visando minimizar os impactos financeiros advindos dos déficits acumulados e a manutenção da capacidade operacional.

## 2. Base de preparação

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Resolução nº 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de lucros, que trata de orientações específicas para entidades sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Administrativo em 20 de fevereiro de 2023.

**b) Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9** – Taxa de depreciações do ativo imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 14** – Provisão para contingências;
- **Nota Explicativa nº 25** – Instrumentos financeiros.

### 3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

**a) Instrumentos financeiros**

**Ativos e passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

**Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

#### **Recursos vinculados a projetos**

Representam os saldos de bancos, conta movimento e aplicações contábeis que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos.

#### **Passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

- Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de *hedge*, *swap*, contratos a termo e outras).

#### **b) Apuração do resultado e reconhecimento das receitas**

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a SANTA CASA e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

#### **c) Estoques**

Os estoques são mensurados e apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel.

#### **d) Imobilizado**

##### **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

##### **Depreciação**

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação as taxas fiscais estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As taxas fiscais estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edificações e benfeitorias	25
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	05
Equipamentos de informática	05

#### **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

#### **e) Redução ao valor recuperável – impairment**

##### **i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

##### **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para contas a receber de clientes e outros créditos) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. O contas a receber e outros créditos individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Entidade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra o contas a receber e outros créditos.

Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

## **ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Perdas reconhecidas referentes ao UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização do teste de redução ao valor recuperável.

## **f) Benefícios a empregados**

### **Benefícios de término de vínculo empregatício**

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

### **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

## **g) Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

#### **h) Impostos e contribuições**

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos nº 167 a nº 174 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Artigo nº 195 da Constituição Federal.

De acordo com o Inciso VI do Artigo nº 150 da Constituição Federal, é vedado aos Estados a instituição de imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

#### **i) Aspectos ambientais**

As instalações da Entidade são sujeitas a regulamentações ambientais. A Entidade diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Entidade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

#### **j) Novos pronunciamentos**

A Entidade adota o CPC PME como base de suas contabilizações. Neste cenário, não há conhecimento de alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Entidade.

### **4. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

#### **Contas a receber e outros créditos**

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

### **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2017</b>	<b>2016</b> <b>(Não auditado)</b>
Disponibilidades	238	202
Aplicações Financeiras de Liquidação Imediata	1	44
<b>Saldo final</b>	<b>239</b>	<b>246</b>

As aplicações contábeis de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 6. Contas a receber

	2017	2016 (Não auditado)
Convênios a receber	795	1.234
Cheques a Depositar	-	9
Cartões de Crédito a Receber	2	-
Valores a Receber	7	-
<b>Saldo final</b>	<b>804</b>	<b>1.243</b>

	2017	2016 (Não auditado)
Contas a receber – Circulante	797	1.234
Contas a receber – Não circulante	7	9
<b>Saldo final</b>	<b>804</b>	<b>1.243</b>

## 7. Estoques

	2017	2016 (Não auditado)
Medicamentos	33	55
Material de uso médico e hospitalar	47	84
Material de cozinha	-	2
Material de limpeza	-	1
Material de manutenção	-	2
Material de escritório	-	14
<b>Saldo final</b>	<b>80</b>	<b>158</b>

## 8. Adiantamentos

	2017	2016 (Não auditado)
Adiantamentos a fornecedores	251	3
Adiantamentos a funcionários	25	6
Adiantamentos de viagens	1	1
<b>Saldo final</b>	<b>277</b>	<b>10</b>

## 9. Imobilizado

Descrição da conta	31/12/2016		31/12/2017
	(Não auditado)	Adições/Baixas	
<b>Custo</b>			
Terrenos	74	-	74
Móveis e utensílios	543	-	543
Instalações elétricas	38	-	38
Veículos	111	-	111
Equipamentos de escritório	59	8	67
Equipamento de lavanderia	95	-	95
Construção e benfeitoria	1.533	21	1.554
Aparelhos e equipamentos médicos	1.666	-	1.666
Computadores e periféricos	47	-	47
Máquinas e equipamentos não hospitalares	1	-	1
Ferramentas	1	-	1
<b>Subtotal</b>	<b>4.168</b>	<b>29</b>	<b>4.197</b>
<b>Depreciação</b>			
(-) Depreciação de móveis e utensílios	(220)	(54)	(274)
(-) Depreciação de instalações elétricas	(22)	(4)	(26)
(-) Depreciação de veículos	(150)	39	(111)
(-) Depreciação de equipamentos de escritório	(59)	-	(59)
(-) Depreciação de equipamentos de lavanderia	(87)	(8)	(95)
(-) Depreciação de construções e benfeitorias	(243)	(62)	(305)
(-) Depreciação de aparelhos e equipamentos médicos	(961)	(168)	(1.129)
(-) Depreciação de computadores e periféricos	(20)	(9)	(29)
(-) Depreciações acumuladas	(501)	-	(501)
<b>Subtotal</b>	<b>(2.263)</b>	<b>(266)</b>	<b>(2.529)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>1.905</b>	<b>(237)</b>	<b>1.668</b>

## 10. Fornecedores e outras obrigações a pagar

	2016	
	2017	(Não auditado)
Fornecedores gerais	1.089	1.201
Energia elétrica a pagar	1.037	1.042
Água e esgoto a pagar	665	665
<b>Saldo final</b>	<b>2.791</b>	<b>2.908</b>

## 11. Empréstimos e financiamentos

	2017	2016 (Não auditado)
Finame - Banco Itaú	25	15
Caixa Econômica Federal C/C 2-6	10	-
Caixa Econômica Federal - C/C 2635 -1	4	4
Empréstimo Unicred	22	-
Empréstimo Caixa Econômica Federal	1.534	721
Empréstimo Banco Itaú	186	221
Empréstimo Caixa Hospitais	-	94
Empréstimo Unicred	-	31
Empréstimo Caixa Econômica Federal - Contr. Nº 26.06	-	94
<b>Saldo final</b>	<b>1.781</b>	<b>1.180</b>

Abaixo apresentamos a segregação entre passivo circulante e não circulante:

	2017	2016 (Não auditado)
Empréstimos e financiamentos – Circulante	61	19
Empréstimos e financiamentos – Não circulante	1.720	1.161
<b>Saldo final</b>	<b>1.781</b>	<b>1.180</b>

## 12. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2017	2016 (Não auditado)
Salários a pagar	267	252
Empréstimo consignado	130	90
Férias a pagar	-	17
13º salário a pagar	282	276
FGTS a recolher	53	46
INSS a recolher	121	99
Contribuição sindical a recolher	-	2
Pis s/ folha a recolher	26	35
Mensalidade sindicato a recolher	2	2
<b>Saldo final</b>	<b>881</b>	<b>819</b>

### 13. Tributos parcelados

	2017	2016 (Não auditado)
Fgts Parcelamento	129	284
Parc. Tributos 13656-720374/2016-58	-	21
Parc. Tributos 13656-720738/2013-57	-	14
Parc. Tributos 13656-400416/2014-75	-	5
Parc. Tributos 13656-400345/2016-72	-	36
Programa De Regularização Tributária-Prt Demais Dé	41	-
Parc. Tributos 13656-720833/2013-51	36	-
Parc. Tributos 13656400271/2017-55	30	-
Parc. Tributos 13656-400435/2017-44	44	-
Parc. Inss 608008710 Pedido Nº 800872	-	14
Parc. Inss 616009755 Pedido Nº 1606998	-	25
Parc. Inss 616012772 Pedido Nº 1607300	-	9
Parc. Inss 617967474 Pedido Nº 1802770	-	46
Parc. Inss 618999973 Pedido Nº 1906020	-	18
Programa De Regul. Tributária-Prt Débitos Previdenc	53	-
Parcelamento Prt- Pgfñ - Recibo 170402051118	35	-
Parc. Inss 620424923 Pedido Nº 11028050	46	-
Parc. Inss 620537388 - Pedido Nº 2059761	47	-
Parc. Inss 620543418 - Pedido Nº 2060364	44	-
Parc. Inss 622198165 - Pedido Nº 2225839	116	-
Parcelamento Inss Nº 622319302	34	-
Parcelamento Inss Nº 622319345	105	-
Fgts Parcelamento	544	149
Parc. Tributos 13656-720727/2013-77	-	11
Parc. Tributos 13656-720738/2013-57	-	4
Parc. Tributos 13656-400382/2015-08	7	7
Parc. Tributos 13656-400345/2016-72	-	104
Parc. Tributos 13656-720374/2016-58	-	27
Programa De Regularização Tributária-Prt Demais Dé	342	-
Parc. Tributos 13656400271/2017-55	92	-
Parc. Tributos 13656-720833/2013-51	112	-
Parc. Tributos 13656-400435/2017-44	165	-
Parc. Inss 611589486 - Pedido Nº 1158949	-	23
Parc. Inss 613840046 - Pedido Nº 1390027	-	79
Parc. Inss 614184886 - Pedido Nº 1424511	-	24
Parc. Inss 614325684 - Pedido Nº 1438591	-	24
Parc. Inss 607024615 - Pedido Nº 702462	-	24
Parc. Inss 610238477 - Pedido Nº 102384	-	34
Parc. Inss 616009755 - Pedido Nº 1606998	-	71
Parc. Inss 616012772 - Pedido Nº 1607300	-	26
Parc. Inss 617967474 - Pedido Nº 1802770	-	149
Parc. Inss 618999973 - Pedido Nº 1906020	-	70
Programa De Regul. Tributária-Prt Débitos Previdenc	574	-
Parc. Inss 620424923 Pedido Nº 11028050	152	-
Tac 27/2016 - 35/2014	-	54
Parcelamento Municipal 676 - Dívida Ativa	425	-
<b>Saldo Final</b>	<b>3.173</b>	<b>1.352</b>

	2017	2016 (Não auditado)
Tributos parcelados – Circulante	760	472
Tributos parcelados – Não circulante	2.413	880
<b>Saldo final</b>	<b>3.173</b>	<b>1.352</b>

## 14. Provisões para contingências

A Entidade é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos consultores jurídicos para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

Os saldos e as movimentações das provisões são os seguintes:

Contingências	2017	2016 (Não auditado)
Cível	-	-
Trabalhista	9	59
Tributária	-	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>59</b>

Movimentação	2017	2016 (Não auditado)
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>59</b>	<b>-</b>
(+) Adições	-	59
(-) Reversão de valores provisionados	(50)	-
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>9</b>	<b>59</b>

Não existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 15. Partes relacionadas

A Entidade não possui partes relacionadas e os membros dos Conselhos existentes não são remunerados, a qualquer título.

## 16. Patrimônio líquido

### 16.1. Patrimônio Social

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social no montante de R\$ 10 (dez mil reais) em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acrescido do resultado do exercício período, os ajustes de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

## 16.2. Ajustes de exercícios anteriores

No exercício de 2017 a Entidade realizou contabilizações no montante de R\$ 153 devedor a título de "Ajustes de exercícios anteriores" diretamente no patrimônio líquido, optando pela não reabertura e lançamento dos saldos nas devidas competências dos fatos geradores aplicáveis a tais lançamentos contábeis.

## 17. Receita operacional líquida

A Entidade possui fontes de receitas através de convênios firmados junto a instituições governamentais, junto a planos de saúde (exemplo: Unimed) e, também, venda direta de serviços de saúde.

As receitas auferidas pela Entidade são imunes à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

Abaixo apresentamos o resumo das receitas da Entidade:

	2017	2016 (Não auditado)
Convênio SUS	2.044	1.820
Convênio com Pessoa Jurídica – Prefeitura Municipal de Andradas	5.040	-
Convênio com demais Pessoas Jurídicas	3.332	7.951
Venda de Serviços	906	813
(-) Deduções de Receitas – Convênios	(18)	(12)
<b>Saldo final</b>	<b>11.304</b>	<b>10.572</b>

## 18. Custos dos serviços

	2017	2016 (Não auditado)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(4.492)	(4.136)
Custo com pessoal (médicos, enfermeiros, auxiliares, outros)	(4.004)	(4.107)
Serviços prestados por pessoa física	(815)	-
Material de uso médico hospitalar	(500)	-
Medicamentos	(318)	(1.369)
(-) Estoque final de mercadorias	(77)	-
Órteses e próteses	(63)	-
Material de consumo descartáveis	(33)	-
Material de escritório	(14)	-
Oxigênio e outros gases	(13)	-
Material de manutenção	(13)	-
Material de limpeza	(8)	(26)
Gêneros alimentícios	(7)	(139)
<b>Saldo final</b>	<b>(10.357)</b>	<b>(9.777)</b>

## 19. Despesas com pessoal

	2017	2016 (Não auditado)
Salários e encargos	(927)	(290)
Outras despesas com pessoal (rescisões, indenizações, vale transporte, vale alimentação)	(82)	-
<b>Saldo final</b>	<b>(1.009)</b>	<b>(290)</b>

## 20. Despesas administrativas e gerais

	2017	2016 (Não auditado)
Despesas Diversas	(4.071)	-
Despesas Gerais Administrativas	(1.129)	(1.831)
Impostos Taxas e Contribuições	(994)	(36)
<b>Saldo final</b>	<b>(6.194)</b>	<b>(1.867)</b>

## 21. Outras receitas e despesas

	2017	2016 (Não auditado)
Receita dos Eventos	158	3
Recuperação de Despesas	8	-
Subvenções	100	338
Receitas de Associados	11	-
Doações Recebidas	222	43
Receitas com Locação	14	14
Receitas Diversas	3.832	6
<b>Saldo final</b>	<b>4.345</b>	<b>404</b>

## 22. Despesas financeiras

	2017	2016 (Não auditado)
Descontos concedidos	(55)	-
Despesas bancárias	(52)	(192)
Juros e correções monetárias	(14)	-
Juros s/ empréstimos e financiamento	(444)	-
Multas e juros s/impostos/contribuições e parcelamentos	(244)	-
Encargos s/ cartões de crédito	(3)	-
<b>Saldo final</b>	<b>(812)</b>	<b>(192)</b>

## 23. Trabalho voluntário

Atendendo à Resolução CFC nº 1.409 de 21/09/2013, que através da NBC-ITG 2002, determina o reconhecimento do trabalho voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Assim sendo foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa. A mensuração destes trabalhos foi realizada com base nas horas despendidas, avaliadas pelas taxas horárias praticadas por esses profissionais.

## 24. Gratuidade

Considerando a promulgação da Lei nº 12.101 em 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, para fazer jus ao Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), a entidade de assistência social deve oferecer suas ações de forma gratuita, continuada e planejada e manter escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ainda de acordo com o Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, as ações das entidades beneficentes de Assistência Social poderão ser executadas por meio de parcerias com entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuem nas áreas da assistência social e/ ou educação e/ ou saúde firmadas mediante ajustes ou instrumentos de colaboração.

## 25. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Entidade estão apresentados a seguir:

### **Gestão de risco de capital**

A Administração da Entidade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos.

### **Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado.**

Os instrumentos financeiros mantidos pela Entidade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo.

### **Riscos associados**

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações contábeis e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Entidade está sujeira aos fatores de:

### **Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

### **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações contábeis. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

## 26. Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e risco diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

\* \* \*

# Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do  
auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	13

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.**

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 - 6º andar, Sala 602 - Vila do Golf, Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Diretores e Administradores da  
**Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA**  
Andradas – MG

## Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA, pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

## Base para abstenção de opinião

### Limitação ao escopo de auditoria – Não acompanhamento de inventário físico dos estoques

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, fomos designados como auditores da Entidade, em 07 de abril de 2022, e, portanto, não acompanhamos o inventário físico dos estoques do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, objeto de nossa auditoria do presente exercício, que está apresentado no montante de R\$ 172 mil. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades em estoque em 31 de dezembro de 2018. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do saldo comentado, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

### Respostas de circularizações – ausência do recebimento em sua totalidade

Na realização de nossos exames das demonstrações de 31 de dezembro de 2018 da Entidade, não obtivemos todas as respostas às cartas de circularizações enviadas aos assessores jurídicos contendo o prognóstico de perda para 31 de dezembro de 2018, relativo à situação das contingências de natureza trabalhista, tributária e cível e, também, da instituição financeira Banco Itaú. Não foi possível nas circunstâncias realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos a necessidade de constituição de provisões, complemento ou baixa de saldos que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### **Limitação ao escopo de auditoria – Empréstimos e financiamentos junto ao Banco Itaú**

Na realização de nossos exames das demonstrações de 31 de dezembro de 2018 da Entidade, não obtivemos evidência documental para o saldo passivo em aberto junto ao Banco Itaú no montante de R\$ 186 mil, conforme Nota Explicativa nº 12. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do saldo em questão, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

#### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 01 às demonstrações contábeis, que indica que a Entidade incorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em um déficit líquido de R\$ 1.956 mil. Adicionalmente, a Entidade apresentou em 31 de dezembro de 2018 um Patrimônio Líquido a Descoberto no montante de R\$ 8.185 mil e um déficit acumulado de R\$ 8.504 mil. Por fim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o passivo circulante da Entidade excedeu o ativo circulante em R\$ 7.421 mil. Tais fatores estão vinculados diretamente a capacidade da Entidade continuar operando normalmente suas atividades. A Administração da Entidade está desenvolvendo medidas para retomada da saúde financeira da Entidade, visando minimizar os impactos financeiros advindos dos déficits acumulados e a manutenção da capacidade operacional.

#### **Ativo imobilizado – Ausência de inventário físico dos bens, levantamento da vida útil econômica e análise do valor recuperável**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2018 a Entidade possui registrado na rubrica “Imobilizado” no ativo não circulante, o montante de R\$ 1.543 mil, sobre os quais não procedeu à realização de inventário físico dos bens, revisão da vida útil dos bens, bem como não efetuou uma análise para avaliar a acuracidade do valor recuperável, em conformidade com a Seção 17 – Ativo imobilizado, conforme Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, aprovada pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade) (R1). Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluir quanto aos possíveis ajustes e itens de divulgação, se houver, nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### **Limitação ao escopo de auditoria – Divergência a ser conciliada para a rubrica contábil de fornecedores e outras obrigações a pagar**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2018 a Entidade possui registrado na rubrica “Fornecedores e contas a pagar” no passivo circulante, o montante de R\$ 3.020 mil. Tal montante, quando confrontado com o relatório financeiro analítico de fornecedores e contas a pagar apresentou divergência relevante, na qual a contabilidade apresentou saldo superior ao financeiro em R\$ 1.510 mil. Diante de tal fato e da ausência de explicações para a divergência identificada, ficamos impossibilitados de avançar para as devidas análises de auditoria. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do saldo em questão, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

#### **Pessoas jurídicas – possibilidade de caracterização de vínculo empregatício**

A Entidade remunera os profissionais médicos na forma de pessoa jurídica, os quais prestam serviços com características que podem ensejar a caracterização de vínculo empregatício. No ano de 2017 foi transitado e julgado o processo judicial número 0011191-52.2015.5.03.0149 de autoria do Ministério Público do Trabalho, onde a Entidade foi condenada a pagamento de multa no montante R\$ 200 mil e a manter dentro do regime de contratação conforme a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) o mínimo de 2/3 (dois terços) dos médicos os quais prestam serviços para a Entidade. Após inúmeras negociações por parte do corpo jurídico da Entidade, a multa acumulada foi perdoada, e o cumprimento da sentença prorrogado até o dia 06 de novembro de 2021.

O dano moral reduzido de R\$ 100 mil para R\$ 50 mil a ser pago em 10 parcelas de R\$ 5 mil, tendo a reversão do valor para combate a Covid-19. Até o momento, todos os médicos que prestam serviços para a Entidade continuam no formato de pessoa jurídica. Assim, tal fato está em desconformidade com a citada sentença judicial. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto a totalidade dos impactos financeiros em uma autuação frente a cobrança de encargos trabalhistas retroativos para os médicos prestadores de serviços, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

#### **Imunidade tributária – Risco de suspensão ou descaracterização**

A Entidade possui imunidade tributária, sendo uma associação filantrópica, sem fins lucrativos que tem por atividade preponderante desenvolver ações à saúde e prestação de serviços de assistência médico-hospitalar a pacientes do município de Andradas-MG e região. A Entidade possui reconhecimento de utilidade pública nos âmbitos Federal sob nº 25.337/72 e Municipal sob nº 248, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), Processo n.º 2500.007629/2016-87. Isto posto, para que a Entidade mantenha sua imunidade tributária deverá manter uma série de requisitos conforme regulamentações fiscais. Chamamos a atenção para o fato da Entidade estar em desconformidade com situações que podem acarretar quanto a questionamentos por parte dos órgãos legais e fiscalizadores no tocante a imunidade tributária, como exemplos **(i)** pelo pagamento de multas por entrega em atraso das obrigações acessórias da Escrituração Contábil Digital (ECD) e da Escrituração Contábil Fiscal (ECF); **(ii)** pelo fato da Entidade estar respondendo por processos judiciais por caracterização de apropriação indébita de tributos retidos; **(iii)** por não apresentar certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); **(iv)** pelo fato da remuneração do gestor executivo não ter sido aprovada e realizada por órgão de deliberação superior da Entidade e por não estar registrada em Ata. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto a totalidade dos impactos financeiros em uma autuação frente a suspensão ou descaracterização da imunidade tributária, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

#### **Ajustes de exercícios anteriores**

Conforme Nota Explicativa nº 17.2, a Entidade efetuou correções de exercícios anteriores diretamente no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2018 no montante líquido de déficit de R\$ 150 mil, sem a devida reabertura do balanço de 31 de dezembro de 2017 para fins de comparação conforme requerido pela Seção 10 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, aprovada pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade) (R1). Consequentemente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nas demonstrações contábeis, a comparabilidade das rubricas contábeis das respectivas contrapartidas dos lançamentos de ativo e passivo ficaram subavaliadas ou superestimadas e o patrimônio líquido está superestimado no valor citado acima.

## **Outros assuntos**

#### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós, com emissão de relatório de abstenção de opinião datado de 20 de fevereiro de 2023, o qual continha parágrafos de base de abstenção de opinião similares ao do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela modificação relativa à revisão dos saldos iniciais, sendo este tema não aplicável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação a Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Ribeirão Preto, 21 de fevereiro de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 2SP-034.766/O-0



Marcelo Castro Valentini  
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

# Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

### ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	86	239
Contas a receber	6	1.701	797
Estoques	7	172	80
Adiantamentos	8	-	277
Programas e Incentivos	9	363	0
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>2.322</u>	<u>1.393</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos Judiciais	-	6	31
Contas a Receber	6	22	7
Imobilizado	10	1.543	1.668
Intangível	-	6	6
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>1.577</u>	<u>1.712</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>3.899</u>	<u>3.105</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores e outras obrigações a pagar	11	3.020	2.791
Empréstimos e financiamentos	12	75	61
Empréstimos e financiamentos pessoa física	-	90	90
Serviços prestados pessoas físicas	-	610	48
Serviços prestados pessoas jurídicas	-	6	12
Obrigações tributárias	-	631	87
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	1.756	881
Adiantamentos de clientes	-	15	3
Tributos parcelados	14	2.580	760
Outras obrigações tributárias	-	187	309
Outras obrigações trabalhistas	-	773	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>9.743</u>	<u>5.042</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	1.402	1.720
Provisão de contingências	15	6	9
Tributos Parcelados	14	933	2.413
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>2.341</u>	<u>4.142</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	17		
Patrimônio social	-	10	10
Reserva patrimonial	-	309	309
Resultados acumulados	-	(8.504)	(6.398)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>(8.185)</u>	<u>(6.079)</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>3.899</u>	<u>3.105</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

### Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receitas operacionais</b>			
Receita operacional líquida	18	11.898	11.304
Custos dos serviços	19	(12.758)	(10.357)
<b>Resultado bruto</b>		(860)	947
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal	20	(777)	(1.009)
Despesas administrativas e gerais	21	(2.660)	(6.194)
Outras receitas e despesas	22	2.756	4.345
		(681)	(2.858)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		(1.541)	(1.911)
Receitas financeiras	-	12	20
Despesas financeiras	23	(427)	(812)
<b>Déficit do exercício</b>		<u>(1.956)</u>	<u>(2.703)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

### Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Déficit do exercício</b>	(1.956)	(2.703)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u>(1.956)</u>	<u>(2.703)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Reserva patrimonial</u>	<u>Resultados acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017 (Não auditado)</b>	10	309	(3.542)	(3.223)
Déficit do exercício	-	-	(2.703)	(2.703)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(153)	(153)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>10</u>	<u>309</u>	<u>(6.398)</u>	<u>(6.079)</u>
Déficit do exercício	-	-	(1.956)	(1.956)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(150)	(150)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>10</u>	<u>309</u>	<u>(8.504)</u>	<u>(8.185)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Déficit do exercício</b>	(1.956)	(2.703)
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e amortização	247	266
Provisão para contingências	(3)	(50)
Ajustes de exercícios anteriores	(150)	(153)
	(1.862)	(2.640)
<b>Variação nos ativos e passivos</b>		
<b>(Aumento) redução nos ativos em:</b>		
Contas a receber	(904)	437
Estoques	(92)	78
Outros ativos	(76)	(265)
Fornecedores e outras obrigações a pagar	229	(117)
Salários, férias e encargos a pagar	1.648	62
Serviços prestados pessoas físicas	562	(82)
Serviços prestados pessoas jurídicas	(6)	(4)
Obrigações tributárias	422	128
Tributos parcelados	340	1.821
Outros passivos	12	3
<b>Caixa líquido decorrente das atividades operacionais</b>	273	(579)
Aquisição de ativo imobilizado	(122)	(29)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	(122)	(29)
Empréstimos e financiamentos	(304)	601
Empréstimos e financiamentos Pessoa Física	-	-
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento</b>	(304)	601
<b>Diminuição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(153)</u>	<u>(7)</u>
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	239	246
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	86	239
<b>Diminuição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(153)</u>	<u>(7)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Santa Casa de Misericórdia de Andradas é uma pessoa jurídica de direito privado, associação filantrópica, sem fins lucrativos que tem por atividade preponderante desenvolver ações à saúde e prestação de serviços de assistência médico-hospitalar a pacientes desta localidade e da região, de qualquer categoria, ou seja, a pacientes hipossuficientes, previdenciários, conveniados ou particulares.

Sua Sede está localizada na cidade de Andradas à Rua Capitão Cirilo, nº 668, Bairro Alto Alegre, CEP 37795-000.

A Entidade possui reconhecimento de utilidade pública nos âmbitos (Federal sob nº 25.337/72 e Municipal sob nº 248, reconhecido como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), Processo nº. 2500.007629/2016-87.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Entidade apresentou um déficit líquido de R\$ 1.956 mil. Adicionalmente, a Entidade apresentou em 31 de dezembro de 2018 um Patrimônio Líquido a Descoberto no montante de R\$ 8.185 mil e um déficit acumulado de R\$ 8.504 mil. Por fim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o passivo circulante da Entidade excedeu o ativo circulante em R\$ 7.421 mil. Tais fatores estão vinculados diretamente a capacidade da Entidade continuar operando normalmente suas atividades. A Administração da Entidade está desenvolvendo medidas para retomada da saúde financeira da Entidade, visando minimizar os impactos financeiros advindos dos déficits acumulados e a manutenção da capacidade operacional.

## 2. Base de preparação

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Resolução nº 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de lucros, que trata de orientações específicas para entidades sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Administrativo em 21 de fevereiro de 2023.

**b) Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 10** – Taxa de depreciações do ativo imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 15** – Provisão para contingências;
- **Nota Explicativa nº 26** – Instrumentos financeiros.

### 3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

**a) Instrumentos financeiros**

**Ativos e passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

### **Recursos vinculados a projetos**

Representam os saldos de bancos, conta movimento e aplicações contábeis que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos.

### **Passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

- Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de *hedge*, *swap*, contratos a termo e outras).

### **b) Apuração do resultado e reconhecimento das receitas**

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a SANTA CASA e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

### **c) Estoques**

Os estoques são mensurados e apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel.

### **d) Imobilizado**

#### **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

## Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação as taxas fiscais estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As taxas fiscais estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edificações e benfeitorias	25
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	05
Equipamentos de informática	05

## Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### e) Redução ao valor recuperável – *impairment*

#### i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

#### Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para contas a receber de clientes e outros créditos) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. O contas a receber e outros créditos individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Entidade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra o contas a receber e outros créditos.

Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

## **ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Perdas reconhecidas referentes ao UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização do teste de redução ao valor recuperável.

## **f) Benefícios a empregados**

### **Benefícios de término de vínculo empregatício**

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

### **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

**g) Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**h) Impostos e contribuições**

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos nº 167 a nº 174 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Artigo nº 195 da Constituição Federal.

De acordo com o Inciso VI do Artigo nº 150 da Constituição Federal, é vedado aos Estados a instituição de imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

**i) Aspectos ambientais**

As instalações da Entidade são sujeitas a regulamentações ambientais. A Entidade diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Entidade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

**j) Novos pronunciamentos**

A Entidade adota o CPC PME como base de suas contabilizações. Neste cenário, não há conhecimento de alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Entidade.

#### **4. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**Caixa e equivalentes de caixa**

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

**Contas a receber e outros créditos**

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades	3	238
Aplicações Financeiras de Liquidação Imediata	83	1
<b>Saldo final</b>	<b>86</b>	<b>239</b>

As aplicações contábeis de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 6. Contas a receber

	2018	2017
Convênios a receber	1.697	795
Cheques a depositar	22	-
Cartões de crédito a receber	4	2
Valores a receber	-	7
<b>Saldo final</b>	<b>1.723</b>	<b>804</b>

	2018	2017
Contas a receber – Circulante	1.701	797
Contas a receber – Não circulante	22	7
<b>Saldo final</b>	<b>1.723</b>	<b>804</b>

## 7. Estoques

	2018	2017
Medicamentos	57	33
Material de uso médico e hospitalar	78	47
Material de cozinha e alimentação	14	-
Material de limpeza	6	-
Material de manutenção e diversos	5	-
Material de escritório	12	-
<b>Saldo final</b>	<b>172</b>	<b>80</b>

## 8. Adiantamentos

	2018	2017
Adiantamentos a fornecedores	-	251
Adiantamentos a funcionários	-	25
Adiantamentos de viagens	-	1
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>277</b>

## 9. Programas e incentivos

	2018	2017
Programa Pro-Hosp (i)	363	-
<b>Saldo final</b>	<b>363</b>	<b>-</b>

(i) No ano de 2018 a SACMA passou a participar do programa Pro-Hosp. O Pro-Hosp é um Programa do governo estadual de Minas Gerais, que modifica a lógica da relação convencional para a da relação contratual, entre o Estado e os hospitais públicos e privados sem fins lucrativos, que prestam serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Este Programa possibilita à população mineira atendimento hospitalar de qualidade e com resolutividade o mais próximo possível de sua residência, segundo a lógica dos níveis de complexidade (média ou alta), otimizando a eficiência dos hospitais, e, assim, consolidando a oferta da atenção hospitalar nos pólos macro e microrregionais de Minas Gerais.

## 10. Imobilizado

Descrição da conta	31/12/2016	Adições/		Adições/	
	(Não auditado)	Baixas	31/12/2017	Baixas	31/12/2018
<b>Custo</b>					
Terrenos	74	-	74	-	74
Móveis e utensílios	543	-	543	-	543
Instalações elétricas	38	-	38	-	38
Veículos	111	-	111	-	111
Equipamentos de escritório	59	8	67	-	67
Equipamento de lavanderia	95	-	95	26	121
Construção e benfeitoria	1.533	21	1.554	-	1.554
Aparelhos e equipamentos médicos	1.666	-	1.666	86	1752
Computadores e periféricos	47	-	47	8	55
Máquinas e equipamentos não hospitalares	1	-	1	2	3
Ferramentas	1	-	1	-	1
<b>Subtotal</b>	<b>4.168</b>	<b>29</b>	<b>4.197</b>	<b>122</b>	<b>4.319</b>
<b>Depreciação</b>					
(-) Depreciação de móveis e utensílios	(220)	(54)	(274)	(54)	(328)
(-) Depreciação de instalações elétricas	(22)	(4)	(26)	(4)	(30)
(-) Depreciação de veículos	(150)	39	(111)	-	(111)
(-) Depreciação de equipamentos de escritório	(59)	-	(59)	(7)	(66)
(-) Depreciação de equipamentos de lavanderia	(87)	(8)	(95)	(1)	(96)
(-) Depreciação de construções e benfeitorias	(243)	(62)	(305)	-	(305)
(-) Depreciação de aparelhos e equipamentos médicos	(961)	(168)	(1.129)	(175)	(1.304)
(-) Depreciação de computadores e periféricos	(20)	(9)	(29)	(6)	(35)
(-) Depreciações acumuladas	(501)	-	(501)	-	(501)
<b>Subtotal</b>	<b>(2.263)</b>	<b>(266)</b>	<b>(2.529)</b>	<b>(247)</b>	<b>(2.776)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>1.905</b>	<b>(237)</b>	<b>1.668</b>	<b>(125)</b>	<b>1.543</b>

## 11. Fornecedores e outras obrigações a pagar

	2018	2017
Fornecedores gerais	1.548	1.089
Energia elétrica a pagar	981	1.037
Água e esgoto a pagar	491	665
<b>Saldo final</b>	<b>3.020</b>	<b>2.791</b>

## 12. Empréstimos e financiamentos

	2018	2017
Finame - Banco Itaú	23	25
Caixa Econômica Federal C/C 2-6 - Saldo a descoberto	18	10
Caixa Econômica Federal - C/C 2635 -1 - Saldo a descoberto	4	4
Empréstimo Unicred	11	22
Empréstimo CEF- C/C 2299-2 - Saldo a descoberto	1	-
Empréstimo CEF- C/C 208-8 - Saldo a descoberto	18	-
Empréstimo Caixa Econômica Federal	1.240	1.534
Empréstimo Banco Itaú	162	186
<b>Saldo final</b>	<b>1.477</b>	<b>1.781</b>

Abaixo apresentamos a segregação entre passivo circulante e não circulante:

	2018	2017
Empréstimos e financiamentos – Circulante	75	61
Empréstimos e financiamentos – Não circulante	1.402	1.720
<b>Saldo final</b>	<b>1.477</b>	<b>1.781</b>

## 13. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2018	2017
Salários a pagar	288	267
Empréstimo consignado	141	130
Rescisões a pagar	4	-
Férias a pagar	5	-
13º salário a pagar	526	282
Provisão 1/12 avos de férias	509	-
Provisão de FGTS sobre 1/12 avos de férias	40	-
FGTS a recolher	146	53
INSS a recolher	96	121
Contribuição sindical a recolher	1	-
Pis s/ folha a recolher	-	26
Mensalidade sindicato a recolher	-	2
<b>Saldo final</b>	<b>1.756</b>	<b>881</b>

## 14. Tributos parcelados

	2018	2017
Fgts Parcelamento	-	129
Parcelamento Fgts 2015005618	31	-
Parcelamento Fgts 2015007639	5	-
Parcelamento Fgts 2015008816	9	-
Parcelamento Fgts 2016009752	29	-
Parcelamento Fgts 2017000257	13	-
Parcelamento Fgts 2017005156	11	-
Parcelamento Fgts 2017007655	4	-
Parcelamento Fgts 2017008511	4	-
Parcelamento Fgts 2017010262	4	-
Parcelamento Fgts 2017011432	4	-
Parcelamento Fgts 201703265	4	-
Parcelamento Fgts 2017015098	4	-
Parcelamento Fgts 2017016286	4	-
Parcelamento Fgts 2017017086	3	-
Parcelamento Fgts 2018000503	6	-
Parcelamento Fgts 2018003561	7	-
Parcelamento Fgts 2018004751	7	-
Parcelamento Fgts 2018010822	27	-
Parcelamento Fgts 2012003198	113	-
Inss-Débitos Na Pgfñ	1.200	-
Programa De Regularização Tributária-Prt Demais Dé	494	41
Parc. Tributos 13656-720833/2013-51	-	36
Parc. Tributos 13656400271/2017-55	-	30
Parc. Tributos 13656-400435/2017-44	-	44
Programa De Regul. Tributária-Prt Débitos Previdenc	594	53
Parcelamento Prt- Pgfñ - Recibo 170402051118	-	35
Parc. Inss 620424923 Pedido Nº 11028050	-	46
Parc. Inss 620537388 - Pedido Nº2059761	-	47
Parc.Inss 620543418 - Pedido Nº 2060364	-	44
Parc.Inss 622198165 - Pedido Nº2225839	-	116
Parcelamento Inss Nº 622319302	-	34
Parcelamento Inss Nº622319345	-	105
Fgts Parcelamento	-	544
Parc. Tributos 13656-400382/2015-08	-	7
Programa De Regularização Tributária-Prt Demais Dé	-	342
Parc. Tributos 13656400271/2017-55	-	92
Parc. Tributos 13656-720833/2013-51	-	112
Parc. Tributos 13656-400435/2017-44	-	165
Fgts - Parcelamento 2015005618	7	-
Fgts - Parcelamento 2015007639	4	-
Fgts - Parcelamento 2015008816	8	-
Fgts - Parcelamento2016009752	53	-
Fgts - Parcelamento 2017000257	35	-
Fgts - Parcelamento 2017005156	41	-
Fgts - Parcelamento 2017007655	16	-
Fgts - Parcelamento 2017008511	15	-
Fgts - Parcelamento 2017010262	15	-
Fgts - Parcelamento 2017011432	15	-
Fgts - Parcelamento 2017003265	16	-
Fgts - Parcelamento 2017015098	18	-

	2018	2017
Fgts - Parcelamento 2017016286	19	-
Fgts - Parcelamento 2017017086	19	-
Fgts - Parcelamento 2018000503	35	-
Fgts - Parcelamento 2018003561	44	-
Fgts - Parcelamento 2018004751	29	-
Fgts - Parcelamento 2018010822	122	-
Programa De Regul. Tributária-Prt Débitos Previdenc	-	574
Parc. Inss 620424923 Pedido Nº 11028050	-	152
Tac 27/2016 - 35/2014	-	-
Parcelamento Municipal 676 - Dívida Ativa	425	425
<b>Saldo final</b>	<b>3.513</b>	<b>3.173</b>

	2018	2017
Tributos parcelados – Circulante	2.580	760
Tributos parcelados – Não circulante	933	2.413
<b>Saldo final</b>	<b>3.513</b>	<b>3.173</b>

## 15. Provisões para contingências

A Entidade é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos consultores jurídicos para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

Os saldos e as movimentações das provisões são os seguintes:

Contingências	2018	2017
Cível	-	-
Trabalhista	6	9
Tributária	-	-
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>9</b>

Movimentação	2018	2017
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>9</b>	<b>59</b>
(+) Adições	-	-
(-) Reversão de valores provisionados	(3)	(50)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>6</b>	<b>9</b>

Não existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 16. Partes relacionadas

A Entidade não possui partes relacionadas e os membros dos Conselhos existentes não são remunerados, a qualquer título.

## 17. Patrimônio líquido

### 17.1. Patrimônio social

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social no montante de R\$ 10 (dez mil reais) em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acrescido do resultado do exercício período, os ajustes de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

### 17.2. Ajustes de exercícios anteriores

No exercício de 2018 a Entidade realizou contabilizações no montante de R\$ 150 devedor a título de "Ajustes de exercícios anteriores" diretamente no patrimônio líquido, optando pela não reabertura e lançamento dos saldos nas devidas competências dos fatos geradores aplicáveis a tais lançamentos contábeis.

## 18. Receita operacional líquida

A Entidade possui fontes de receitas através de convênios firmados junto a instituições governamentais, junto a planos de saúde (exemplo: Unimed) e, também, venda direta de serviços de saúde.

As receitas auferidas pela Entidade são imunes à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

Abaixo apresentamos o resumo das receitas da Entidade:

	2018	2017
Convênio SUS	2.001	2.044
Convênio com pessoa jurídica – Prefeitura Municipal de Andradas	5.220	5.040
Convênio com demais Pessoas Jurídicas	3.704	3.332
Venda de serviços	963	906
Trabalho voluntário (Nota Explicativa nº 24)	16	-
(-) Deduções de receitas – convênios	(6)	(18)
<b>Saldo final</b>	<b>11.898</b>	<b>11.304</b>

## 19. Custos dos serviços

	2018	2017
Serviços prestados por pessoa jurídica	(4.934)	(4.492)
Custo com pessoal (médicos, enfermeiros, auxiliares, outros)	(5.280)	(4.004)
Serviços prestados por pessoa física	(1.009)	(815)
Material de uso médico hospitalar	(616)	(500)
Medicamentos	(631)	(318)
(-) Estoque final de mercadorias	21	(77)
Órteses e próteses	(63)	(63)
Material de consumo descartáveis	(29)	(33)
Material de escritório	(10)	(14)
Oxigênio e outros gases	(10)	(13)
Material de manutenção	(11)	(13)
Material de limpeza	(10)	(8)
Gêneros alimentícios	(176)	(7)
<b>Saldo final</b>	<b>(12.758)</b>	<b>(10.357)</b>

## 20. Despesas com pessoal

	2018	2017
Salários e encargos	(694)	(927)
Outras despesas com pessoal (rescisões, indenizações, vale transporte, vale alimentação)	(83)	(82)
<b>Saldo final</b>	<b>(777)</b>	<b>(1.009)</b>

## 21. Despesas administrativas e gerais

	2018	2017
Despesas diversas	(1.488)	(4.071)
Despesas gerais administrativas	(1.124)	(1.129)
Trabalho voluntário (Nota explicativa nº 24)	(16)	-
Impostos, taxas e contribuições	(32)	(994)
<b>Saldo final</b>	<b>(2.660)</b>	<b>(6.194)</b>

## 22. Outras receitas e despesas

	2018	2017
Receita dos eventos	158	158
Recuperação de despesas	270	8
Subvenções	-	100
Receitas de associados	27	11
Doações recebidas	90	222
Receitas com locação	17	14
Receitas diversas	1.525	3.832
Convênios com pessoas físicas - emendas parlamentares	532	-
Programas de incentivos	137	-
<b>Saldo final</b>	<b>2.756</b>	<b>4.345</b>

## 23. Despesas financeiras

	2018	2017
Descontos concedidos	(69)	(55)
Despesas bancárias	(59)	(52)
Juros e correções monetárias	(15)	(14)
Juros s/ empréstimos e financiamento	(220)	(444)
Multas e juros s/impostos/contribuições e parcelamentos	(60)	(244)
Encargos s/ cartões de crédito	(4)	(3)
<b>Saldo final</b>	<b>(427)</b>	<b>(812)</b>

## 24. Trabalho voluntário

Atendendo à Resolução CFC nº 1.409 de 21/09/2013, que através da NBC-ITG 2002, determina o reconhecimento do trabalho voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Assim sendo foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa. A mensuração destes trabalhos foi realizada com base nas horas despendidas, avaliadas pelas taxas horárias praticadas por esses profissionais no montante de R\$ 16.318,26 (dezesseis mil, trezentos e dezoito reais e vinte e seis centavos).

Eventos	Valor hora	Horas	Quant pessoas	Valor total (em R\$)
Charutos 02/02/2018	R\$ 5,67	12	15	R\$ 952,56
Charutos 23/03/2018	R\$ 5,67	12	13	R\$ 884,52
Polenta Com Frango 13/04/2018	R\$ 5,67	10	12	R\$ 680,40
1 KI De Amor 14/04/2018	R\$ 5,67	6	80	R\$ 2.721,60
Kibe 18/05/2018	R\$ 5,67	12	14	R\$ 952,56
Croquete 27/04/2018	R\$ 5,67	10	12	R\$ 680,40
Festa Junina Da Santa Casa 09/06/2018	R\$ 5,67	10	14	R\$ 793,80
Festa Quadrilha Alfa 23/06/2018	R\$ 5,67	8	12	R\$ 544,32
Bilheteria Icasa 24/02/2018	R\$ 5,67	10	15	R\$ 850,50
Leilão De Gado 04,05/08/2018	R\$ 5,67	24	25	R\$ 3.402,00
Charutos – 17/08/2018	R\$ 5,67	12	15	R\$ 1.020,60
Feijoada – 25/08/2018	R\$ 5,67	18	6	R\$ 612,36
Carros Antigos – 25/08/2018	R\$ 5,67	12	20	R\$ 1.360,80
Palhoça Club – 09/12/2018	R\$ 5,67	12	6	R\$ 408,24
Barraca Praça – 20 S 23/12/2018	R\$ 5,67	10	8	R\$ 453,60
<b>Total</b>	<b>R\$ 5,67</b>	<b>178</b>	<b>267</b>	<b>R\$ 16.318,26</b>

## 25. Gratuidade

Considerando a promulgação da Lei nº 12.101 em 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, para fazer jus ao Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), a entidade de assistência social deve oferecer suas ações de forma gratuita, continuada e planejada e manter escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ainda de acordo com o Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, as ações das entidades beneficentes de Assistência Social poderão ser executadas por meio de parcerias com entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuem nas áreas da assistência social e/ ou educação e/ ou saúde firmadas mediante ajustes ou instrumentos de colaboração.

## 26. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Entidade estão apresentados a seguir:

### Gestão de risco de capital

A Administração da Entidade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos.

### Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado.

Os instrumentos financeiros mantidos pela Entidade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo.

### Riscos associados

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações contábeis e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018, a Entidade está sujeira aos fatores de:

#### **Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

#### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

#### **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações contábeis. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

## **27. Cobertura de seguros**

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e risco diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

\* \* \*

# Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do  
auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	14

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.**

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -  
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf,  
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Diretores e Administradores da  
**Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA**  
Andradas – MG

## Opinião adversa

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, devido à importância dos assuntos discutidos no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião adversa”, as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião adversa

### **Limitação ao escopo de auditoria – Não acompanhamento de inventário físico dos estoques**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, fomos designados como auditores da Entidade, em 07 de abril de 2022, e, portanto, não acompanhamos o inventário físico dos estoques do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, objeto de nossa auditoria do presente exercício, que está apresentado no montante de R\$ 186 mil. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades em estoque em 31 de dezembro de 2019. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do saldo comentado, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

### **Respostas de circularizações – ausência do recebimento em sua totalidade**

Na realização de nossos exames das demonstrações de 31 de dezembro de 2019 da Entidade, não obtivemos todas as respostas às cartas de circularizações enviadas aos assessores jurídicos contendo o prognóstico de perda para 31 de dezembro de 2019, relativo à situação das contingências de natureza trabalhista, tributária e cível e, também, da instituição financeira Banco Itaú. Não foi possível nas circunstâncias realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos a necessidade de constituição de provisões, complemento ou baixa de saldos que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### **Limitação ao escopo de auditoria – Empréstimos e financiamentos junto ao Banco Itaú**

Na realização de nossos exames das demonstrações de 31 de dezembro de 2019 da Entidade, não obtivemos evidência documental para o saldo passivo em aberto junto ao Banco Itaú no montante de R\$ 504 mil, conforme Nota Explicativa nº 11. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do saldo em questão, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Entidade incorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em um déficit líquido de R\$ 1.707 mil. Adicionalmente, a Entidade apresentou em 31 de dezembro de 2019 um patrimônio líquido a descoberto no montante de R\$ 9.621 mil e um déficit acumulado de R\$ 9.940 mil. Por fim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o passivo circulante da Entidade excedeu o ativo circulante em R\$ 8.644 mil. Tais fatores estão vinculados diretamente a capacidade da Entidade continuar operando normalmente suas atividades. A administração da Entidade está desenvolvendo medidas para retomada da saúde financeira da Entidade, visando minimizar os impactos financeiros advindos dos déficits acumulados e a manutenção da capacidade operacional.

### **Ativo imobilizado – Ausência de inventário físico dos bens, levantamento da vida útil econômica e análise do valor recuperável**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2019 a Entidade possui registrado na rubrica "Imobilizado" no ativo não circulante, o montante de R\$ 1.136 mil, sobre os quais não procedeu à realização de inventário físico dos bens, revisão da vida útil dos bens, bem como não efetuou uma análise para avaliar a acuracidade do valor recuperável, em conformidade com a Seção 17 – Ativo imobilizado, conforme Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, aprovada pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade) (R1). Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluir quanto aos possíveis ajustes e itens de divulgação, se houver, nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### **Pessoas jurídicas – possibilidade de caracterização de vínculo empregatício**

A Entidade remunera os profissionais médicos na forma de pessoa jurídica, os quais prestam serviços com características que podem ensejar a caracterização de vínculo empregatício. No ano de 2017 foi transitado e julgado o processo judicial número 0011191-52.2015.5.03.0149 de autoria do Ministério Público do Trabalho, onde a Entidade foi condenada a pagamento de multa no montante R\$ 200 mil e a manter dentro do regime de contratação conforme a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) o mínimo de 2/3 (dois terços) dos médicos os quais prestam serviços para a Entidade. Após inúmeras negociações por parte do corpo jurídico da Entidade, a multa acumulada foi perdoadada, e o cumprimento da sentença prorrogado até o dia 06 de novembro de 2021. O dano moral reduzido de R\$ 100 mil para R\$ 50 mil a ser pago em 10 parcelas de R\$ 5 mil, tendo a reversão do valor para combate a Covid-19. Até o momento, todos os médicos que prestam serviços para a Entidade continuam no formato de pessoa jurídica. Assim, tal fato está em desconformidade com a citada sentença judicial. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto a totalidade dos impactos financeiros em uma autuação frente a cobrança de encargos trabalhistas retroativos para os médicos prestadores de serviços, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

### Imunidade tributária – Risco de suspensão ou descaracterização

A Entidade possui imunidade tributária, sendo uma associação filantrópica, sem fins lucrativos que tem por atividade preponderante desenvolver ações à saúde e prestação de serviços de assistência médico-hospitalar a pacientes do município de Andradadas-MG e região. A Entidade possui reconhecimento de utilidade pública nos âmbitos Federal sob nº 25.337/72 e Municipal sob nº 248, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), Processo nº 2500.007629/2016-87. Isto posto, para que a Entidade mantenha sua imunidade tributária deverá manter uma série de requisitos conforme regulamentações fiscais. Chamamos a atenção para o fato da Entidade estar em desconformidade com situações que podem acarretar quanto a questionamentos por parte dos órgãos legais e fiscalizadores no tocante a imunidade tributária, como exemplos (i) pelo pagamento de multas por entrega em atraso das obrigações acessórias da Escrituração Contábil Digital (ECD) e da Escrituração Contábil Fiscal (ECF); (ii) pelo fato da Entidade estar respondendo por processos judiciais por caracterização de apropriação indébita de tributos retidos; (iii) por não apresentar certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (iv) pelo fato da remuneração do gestor executivo não ter sido aprovada e realizada por órgão de deliberação superior da Entidade e por não estar registrada em Ata. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto a totalidade dos impactos financeiros em uma autuação frente a suspensão ou descaracterização da imunidade tributária, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

### Ajustes de exercícios anteriores

Conforme Nota Explicativa nº 17.2, a Entidade efetuou correções de exercícios anteriores diretamente no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2019 no montante líquido de superávit de R\$ 271 mil, sem a devida reabertura do balanço de 31 de dezembro de 2018 para fins de comparação conforme requerido pela Seção 10 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, aprovada pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade) (R1). Consequentemente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, nas demonstrações contábeis, a comparabilidade das rubricas contábeis das respectivas contrapartidas dos lançamentos de ativo e passivo ficaram subavaliadas ou superestimadas e o patrimônio líquido está subavaliado no valor citado acima.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

### Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Andradadas – SACMA de 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós, com emissão de relatório de abstenção de opinião datado de 21 de fevereiro de 2023, o qual continha parágrafos de base de abstenção de opinião similares ao do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, exceto relativo ao assunto “Limitação ao escopo de auditoria – Divergência a ser conciliada para a rubrica contábil de fornecedores e contas a pagar”, o qual foi readequado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 22 de fevereiro de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 2SP-034.766/O-0



Marcelo Castro Valentini  
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

# Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>ATIVO</b>		
	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14	86
Contas a receber	6	1.965	1.701
Estoques	7	186	172
Adiantamentos	-	40	-
Programas e incentivos	8	871	363
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>3.076</u>	<u>2.322</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos judiciais	-	17	6
Contas a Receber	6	36	22
Imobilizado	9	1.136	1.543
Intangível	-	6	6
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>1.195</u>	<u>1.577</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>4.271</u></u>	<u><u>3.899</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores e outras obrigações a pagar	10	3.005	3.020
Empréstimos e financiamentos	11	696	75
Empréstimos e financiamentos Pessoa Física	-	461	90
Serviços prestados pessoas físicas	12	1.093	610
Serviços prestados pessoas jurídicas	-	-	6
Obrigações tributárias	-	963	631
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	1.542	1.756
Adiantamentos de clientes	-	17	15
Tributos parcelados	14	3.119	2.580
Outras obrigações tributárias	-	113	187
Outras obrigações trabalhistas	-	711	773
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>11.720</u>	<u>9.743</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	782	1.402
Provisão de contingências	15	313	6
Tributos parcelados	14	1.077	933
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>2.172</u>	<u>2.341</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	17		
Patrimônio social	-	10	10
Reserva patrimonial	-	309	309
Resultados acumulados	-	(9.940)	(8.504)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>(9.621)</u>	<u>(8.185)</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>4.271</u></u>	<u><u>3.899</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

### Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Receitas operacionais</b>			
Receita operacional líquida	18	13.000	11.898
Custos dos serviços	19	<u>(13.952)</u>	<u>(12.758)</u>
<b>Resultado bruto</b>		(952)	(860)
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal	20	(748)	(777)
Despesas administrativas e gerais	21	(3.176)	(2.660)
Outras receitas e despesas	22	<u>3.905</u>	<u>2.756</u>
		(19)	(681)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<u>(971)</u>	<u>(1.541)</u>
Receitas financeiras	-	3	12
Despesas financeiras	23	<u>(739)</u>	<u>(427)</u>
<b>Déficit do exercício</b>		<u>(1.707)</u>	<u>(1.956)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

### Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Déficit do exercício	(1.707)	(1.956)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>(1.707)</u></b>	<b><u>(1.956)</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Reserva patrimonial</u>	<u>Resultados acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2018</b>	10	309	(6.398)	(6.079)
Déficit do exercício	-	-	(1.956)	(1.956)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(150)	(150)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	10	309	(8.504)	(8.185)
Déficit do exercício	-	-	(1.707)	(1.707)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	271	271
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>10</u>	<u>309</u>	<u>(9.940)</u>	<u>(9.621)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Santa Casa de Misericórdia de Andradas – SACMA

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Déficit do exercício</b>	(1.707)	(1.956)
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e amortização	407	247
Provisão para contingências	307	(3)
Ajustes de exercícios anteriores	271	(150)
	(722)	(1.862)
<b>Variação nos ativos e passivos</b>		
<b>(Aumento) redução nos ativos em:</b>		
Contas a receber	(278)	(904)
Estoques	(14)	(92)
Outros ativos	(559)	(76)
Fornecedores e outras obrigações a pagar	(15)	229
Salários, férias e encargos a pagar	(276)	1.648
Serviços prestados pessoas físicas	483	562
Serviços prestados pessoas jurídicas	(6)	(6)
Obrigações tributárias	258	422
Tributos parcelados	683	340
Outros passivos	2	12
<b>Caixa líquido decorrente das atividades operacionais</b>	(444)	273
Aquisição de ativo imobilizado	-	(122)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	-	(122)
Empréstimos e financiamentos	1	(304)
Empréstimos e financiamentos Pessoa Física	371	-
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento</b>	372	(304)
<b>Diminuição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(72)</u>	<u>(153)</u>
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	86	239
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	14	86
<b>Diminuição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(72)</u>	<u>(153)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Santa Casa de Misericórdia de Andradas é uma pessoa jurídica de direito privado, associação filantrópica, sem fins lucrativos que tem por atividade preponderante desenvolver ações à saúde e prestação de serviços de assistência médico-hospitalar a pacientes desta localidade e da região, de qualquer categoria, ou seja, a pacientes hipossuficientes, previdenciários, conveniados ou particulares.

Sua Sede está localizada na cidade de Andradas à Rua Capitão Cirilo, nº 668, Bairro Alto Alegre, CEP 37795-000.

A Entidade possui reconhecimento de utilidade pública nos âmbitos (Federal sob nº 25.337/72 e Municipal sob nº 248, reconhecido como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), Processo nº. 2500.007629/2016-87.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Entidade apresentou um déficit líquido de R\$ 1.707 mil. Adicionalmente, a Entidade apresentou em 31 de dezembro de 2019 um Patrimônio Líquido a Descoberto no montante de R\$ 9.621 mil e um déficit acumulado de R\$ 9.940 mil. Por fim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o passivo circulante da Entidade excedeu o ativo circulante em R\$ 8.644 mil. Tais fatores estão vinculados diretamente a capacidade da Entidade continuar operando normalmente suas atividades. A Administração da Entidade está desenvolvendo medidas para retomada da saúde financeira da Entidade, visando minimizar os impactos financeiros advindos dos déficits acumulados e a manutenção da capacidade operacional.

## 2. Base de preparação

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Resolução nº 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de lucros, que trata de orientações específicas para entidades sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Administrativo em 22 de fevereiro de 2023.

**b) Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9** – Taxa de depreciações do ativo imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 15** – Provisão para contingências; e
- **Nota Explicativa nº 26** – Instrumentos financeiros.

### 3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

**a) Instrumentos financeiros**

**Ativos e passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

### **Recursos vinculados a projetos**

Representam os saldos de bancos, conta movimento e aplicações contábeis que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos.

### **Passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

- Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*.

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de *hedge*, *swap*, contratos a termo e outras).

### **b) Apuração do resultado e reconhecimento das receitas**

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a SANTA CASA e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

### **c) Estoques**

Os estoques são mensurados e apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel.

### **d) Imobilizado**

#### **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

## Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação as taxas fiscais estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As taxas fiscais estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edificações e benfeitorias	25
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	05
Equipamentos de informática	05

## Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### e) Redução ao valor recuperável – *impairment*

#### i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

#### Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para contas a receber de clientes e outros créditos) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. O contas a receber e outros créditos individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Entidade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra o contas a receber e outros créditos.

Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

## **ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Perdas reconhecidas referentes ao UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização do teste de redução ao valor recuperável.

## **f) Benefícios a empregados**

### **Benefícios de término de vínculo empregatício**

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

### **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

**g) Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**h) Impostos e contribuições**

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos nº 167 a nº 174 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Artigo nº 195 da Constituição Federal.

De acordo com o Inciso VI do Artigo nº 150 da Constituição Federal, é vedado aos Estados a instituição de imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

**i) Aspectos ambientais**

As instalações da Entidade são sujeitas a regulamentações ambientais. A Entidade diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Entidade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

**j) Novos pronunciamentos**

A Entidade adota o CPC PME como base de suas contabilizações. Neste cenário, não há conhecimento de alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Entidade.

## 4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

### **Contas a receber e outros créditos**

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Disponibilidades	14	3
Aplicações financeiras de liquidação imediata	-	83
<b>Saldo final</b>	<b>14</b>	<b>86</b>

As aplicações contábeis de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 6. Contas a receber

	2019	2018
Convênios a receber	1.963	1.697
Cheques a depositar	18	22
Cartões de crédito a receber	3	4
Valores a receber	17	-
<b>Saldo final</b>	<b>2.001</b>	<b>1.723</b>

	2019	2018
Contas a receber – Circulante	1.965	1.701
Contas a receber – Não circulante	36	22
<b>Saldo final</b>	<b>2.001</b>	<b>1.723</b>

## 7. Estoques

	2019	2018
Medicamentos	72	57
Material de uso médico e hospitalar	102	78
Material de cozinha e alimentação	1	14
Material de limpeza	3	6
Material de manutenção e diversos	1	5
Material de escritório	7	12
<b>Saldo final</b>	<b>186</b>	<b>172</b>

## 8. Programas e incentivos

	2019	2018
Programa Pro-Hosp (i)	871	363
<b>Saldo final</b>	<b>871</b>	<b>363</b>

(i) No ano de 2018 a SACMA passou a participar do programa Pro-Hosp. O Pro-Hosp é um Programa do governo estadual de Minas Gerais, que modifica a lógica da relação convencional para a da relação contratual, entre o Estado e os hospitais públicos e privados sem fins lucrativos, que prestam serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Este Programa possibilita à população mineira atendimento hospitalar de qualidade e com resolutividade o mais próximo possível de sua residência, segundo a lógica dos níveis de complexidade (média ou alta), otimizando a eficiência dos hospitais, e, assim, consolidando a oferta da atenção hospitalar nos polos macro e microrregionais de Minas Gerais.

## 9. Imobilizado

Descrição da conta	Adições/		Adições/		31/12/2019
	31/12/2017	Baixas	31/12/2018	Baixas	
<b>Custo</b>					
Terrenos	74	-	74	-	74
Móveis e utensílios	543	-	543	-	543
Instalações elétricas	38	-	38	-	38
Veículos	111	-	111	-	111
Equipamentos de escritório	67	-	67	-	67
Equipamento de lavanderia	95	26	121	-	121
Construção e benfeitoria	1.554	-	1.554	-	1.554
Aparelhos e equipamentos médicos	1.666	86	1752	-	1752
Computadores e periféricos	47	8	55	-	55
Máquinas e equipamentos não hospitalares	1	2	3	-	3
Ferramentas	1	-	1	-	1
<b>Subtotal</b>	<b>4.197</b>	<b>122</b>	<b>4.319</b>	<b>-</b>	<b>4.319</b>
<b>Depreciação</b>					
(-) Depreciação de móveis e utensílios	(274)	(54)	(328)	(54)	(382)
(-) Depreciação de instalações elétricas	(26)	(4)	(30)	(4)	(34)
(-) Depreciação de veículos	(111)	-	(111)	-	(111)
(-) Depreciação de equipamentos de escritório	(59)	(7)	(66)	(1)	(67)
(-) Depreciação de equipamentos de lavanderia	(95)	(1)	(96)	(12)	(108)
(-) Depreciação de construções e benfeitorias	(305)	-	(305)	(391)	(696)
(-) Depreciação de aparelhos e equipamentos médicos	(1.129)	(175)	(1.304)	(441)	(1.745)
(-) Depreciação de computadores e periféricos	(29)	(6)	(35)	(5)	(40)
(-) Depreciações acumuladas	(501)	-	(501)	501	-
<b>Subtotal</b>	<b>(2.529)</b>	<b>(247)</b>	<b>(2.776)</b>	<b>(407)</b>	<b>(3.183)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>1.668</b>	<b>(125)</b>	<b>1.543</b>	<b>(407)</b>	<b>1.136</b>

## 10. Fornecedores e outras obrigações a pagar

	2019	2018
Fornecedores gerais	1.657	1.548
Energia elétrica a pagar	981	981
Água e esgoto a pagar	367	491
<b>Saldo final</b>	<b>3.005</b>	<b>3.020</b>

## 11. Empréstimos e financiamentos

	2019	2018
Finame - Banco Itaú	25	23
Caixa Econômica Federal C/C 2-6 - Saldo a descoberto	17	18
Caixa Econômica Federal - C/C 2635 -1 - Saldo a descoberto	-	4
Empréstimo Unicred	-	11
Empréstimo CEF- C/C 2299-2 - Saldo a descoberto	-	1
Empréstimo CEF- C/C 208-8 - Saldo a descoberto	-	18
Empréstimo Itaú S/A C/C 04545-6 - Saldo a descoberto	344	-
Empréstimo Caixa Hospitais	930	-
Empréstimo Caixa Econômica Federal	-	1.240
Acordo - Banco Itaú	19	-
Secretaria do Estado da Fazenda da MG	27	-
Empréstimo Banco Itaú	116	162
<b>Saldo final</b>	<b>1.478</b>	<b>1.477</b>

Abaixo apresentamos a segregação entre passivo circulante e não circulante:

	2019	2018
Empréstimos e financiamentos – Circulante	696	75
Empréstimos e financiamentos – Não circulante	782	1.402
<b>Saldo final</b>	<b>1.478</b>	<b>1.477</b>

## 12. Serviços prestados pessoas físicas

	2019	2018
Serviços médicos a pagar para pessoas físicas	1.078	602
Outras pessoas físicas a pagar	15	8
<b>Saldo final</b>	<b>1.093</b>	<b>610</b>

## 13. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2019	2018
Salários a pagar	300	288
Empréstimo consignado	-	141
Rescisões a pagar	44	4
Férias a pagar	-	5
13º salário a pagar	303	526
Provisão 1/12 avos de férias	491	509
Provisão de FGTS sobre 1/12 avos de férias	39	40
FGTS a recolher	151	146
INSS a recolher	214	96
Contribuição sindical a recolher	-	1
<b>Saldo final</b>	<b>1.542</b>	<b>1.756</b>

## 14. Tributos parcelados

	2019	2018
Parcelamento FGTS 2015005618	12	31
Parcelamento FGTS 2015007639	4	5
Parcelamento FGTS 2015008816	7	9
Parcelamento FGTS 2016009752	41	29
Parcelamento FGTS 2017000257	29	13
Parcelamento FGTS 2017005156	36	11
Parcelamento FGTS 2017007655	14	4
Parcelamento FGTS 2017008511	15	4
Parcelamento FGTS 2017010262	17	4
Parcelamento FGTS 2017011432	17	4
Parcelamento FGTS 201703265	17	4
Parcelamento FGTS 2017015098	17	4
Parcelamento FGTS 2017016286	19	4
Parcelamento FGTS 2017017086	20	3
Parcelamento FGTS 2018000503	38	6
Parcelamento FGTS 2018003561	40	7
Parcelamento FGTS 2018004751	32	7
Parcelamento FGTS 2018010822	31	27
Parcelamento FGTS 2012003198	15	113
INSS-Débitos Na PGFN	1.689	1.200
Parcelamento FGTS 20190008076	72	-
Parcelamento FGTS 2019010743	13	-
Programa de Regularização Tributária-PRT Demais Dé	610	494
Programa de Regul. Tributária-PRT Débitos Previdenc	-	594
Parcelamento PRT- PGFN - Recibo 170402051118	689	-
(-) Juros Sobre Parcelamento Prefeitura	-	373
Parcelamento Prefeitura Municipal-Confissão	543	-
FGTS - Parcelamento 2015005618	-	7
FGTS - Parcelamento 2015007639	-	4
FGTS - Parcelamento 2015008816	-	8
FGTS - Parcelamento2016009752	-	53
FGTS - Parcelamento 2017000257	-	35
FGTS - Parcelamento 2017005156	-	41
FGTS - Parcelamento 2017007655	-	16
FGTS - Parcelamento 2017008511	-	15
FGTS - Parcelamento 2017010262	-	15
FGTS - Parcelamento 2017011432	-	15
FGTS - Parcelamento 2017003265	-	16
FGTS - Parcelamento 2017015098	-	18
FGTS - Parcelamento 2017016286	-	19
FGTS - Parcelamento 2017017086	-	19
FGTS - Parcelamento 2018000503	-	35
FGTS - Parcelamento 2018003561	-	44
FGTS - Parcelamento 2018004751	-	29
FGTS - Parcelamento 2018010822	93	122
FGTS - Parcelamento 2012003198	137	-
FGTS- Parcelamento 20190008076	251	-
FGTS-Parcelamento 201900000743	51	-
Parcelamento Municipal 676 - dívida ativa	-	425
<b>Saldo final</b>	<b>4.196</b>	<b>3.513</b>

	2019	2018
Tributos parcelados – Circulante	3.119	2.580
Tributos parcelados – Não circulante	1.077	933
<b>Saldo final</b>	<b>4.196</b>	<b>3.513</b>

## 15. Provisões para contingências

A Entidade é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos consultores jurídicos para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

Os saldos e as movimentações das provisões são os seguintes:

Contingências	2019	2018
Cível	-	-
Trabalhista	313	6
Tributária	-	-
<b>Total</b>	<b>313</b>	<b>6</b>

Movimentação	2019	2018
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>6</b>	<b>9</b>
(+) Adições	307	-
(-) Reversão de valores provisionados	-	(3)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>313</b>	<b>6</b>

Não existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 16. Partes relacionadas

A Entidade não possui partes relacionadas e os membros dos Conselhos existentes não são remunerados, a qualquer título.

## 17. Patrimônio líquido

### 17.1. Patrimônio social

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social no montante de R\$ 10 (dez mil reais) em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acrescido do resultado do exercício período, os ajustes de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

### 17.2. Ajustes de exercícios anteriores

No exercício de 2019 a Entidade realizou contabilizações no montante de R\$ 271 credor a título de "Ajustes de exercícios anteriores" diretamente no patrimônio líquido, optando pela não reabertura e lançamento dos saldos nas devidas competências dos fatos geradores aplicáveis a tais lançamentos contábeis.

## 18. Receita operacional líquida

A Entidade possui fontes de receitas através de convênios firmados junto a instituições governamentais, junto a planos de saúde (exemplo: Unimed) e, também, venda direta de serviços de saúde.

As receitas auferidas pela Entidade são imunes à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

Abaixo apresentamos o resumo das receitas da Entidade:

	2019	2018
Convênio SUS	1.841	2.001
Convênio com pessoa jurídica – Prefeitura Municipal de Andradadas	5.880	5.220
Convênio com demais pessoas jurídicas	4.143	3.704
Venda de serviços	1.135	963
Trabalho voluntário (Nota Explicativa nº 24)	12	16
(-) Deduções de receitas – convênios	(11)	(6)
<b>Saldo final</b>	<b>13.000</b>	<b>11.898</b>

## 19. Custos dos serviços

	2019	2018
Serviços prestados por pessoa jurídica	(6.742)	(4.934)
Custo com pessoal (médicos, enfermeiros, auxiliares, outros)	(5.472)	(5.280)
Serviços prestados por pessoa física	(19)	(1.009)
Material de uso médico hospitalar	(237)	(616)
Medicamentos	(196)	(631)
(-) Estoque final de mercadorias	(1.042)	21
Órteses e próteses	(13)	(63)
Material de consumo descartáveis	(9)	(29)
Material de escritório	(12)	(10)
Oxigênio e outros gases	(5)	(10)
Material de manutenção	(13)	(11)
Material de limpeza	(27)	(10)
Gêneros alimentícios	(165)	(176)
<b>Saldo final</b>	<b>(13.952)</b>	<b>(12.758)</b>

## 20. Despesas com pessoal

	2019	2018
Salários e encargos	(378)	(694)
Outras despesas com pessoal (rescisões, indenizações, vale transporte, vale alimentação)	(370)	(83)
<b>Saldo final</b>	<b>(748)</b>	<b>(777)</b>

## 21. Despesas administrativas e gerais

	2019	2018
Despesas diversas	(1.927)	(1.488)
Despesas gerais administrativas	(1.126)	(1.124)
Trabalho voluntário (Nota Explicativa nº 24)	(12)	(16)
Impostos taxas e contribuições	(111)	(32)
<b>Saldo final</b>	<b>(3.176)</b>	<b>(2.660)</b>

## 22. Outras receitas e despesas

	2019	2018
Receita dos eventos	66	158
Recuperação de despesas	459	270
Receitas de associados	1	27
Doações recebidas	140	90
Receitas com locação	12	17
Receitas diversas	1.603	1.525
Convênios com pessoas físicas - emendas parlamentares	800	532
Programas de incentivos	824	137
<b>Saldo final</b>	<b>3.905</b>	<b>2.756</b>

## 23. Despesas financeiras

	2019	2018
Descontos concedidos	(91)	(69)
Despesas bancárias	(42)	(59)
Juros e correções monetárias	(4)	(15)
Juros sobre empréstimos e financiamento	(109)	(220)
Multas e juros sobre impostos/contribuições e parcelamentos	(492)	(60)
Encargos sobre cartões de crédito	(1)	(4)
<b>Saldo final</b>	<b>(739)</b>	<b>(427)</b>

## 24. Trabalho voluntário

Atendendo à Resolução CFC nº 1.409 de 21/09/2013, que através da NBC-ITG 2002, determina o reconhecimento do trabalho voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Assim sendo foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa.

Em 31 de dezembro de 2019 a mensuração destes trabalhos foi realizada com base nas horas despendidas, avaliadas pelas taxas horárias praticadas por esses profissionais no montante de R\$ 11.796,12 (onze mil, setecentos e noventa e seis reais e doze centavos):

Eventos	Valor hora	Horas	Quant pessoas	Valor total (em R\$)
Charutos 25/01/2019	R\$ 4,53	24	14	R\$ 1.522,08
Bazar 23 e 24 janeiro/2019	R\$ 4,53	12	15	R\$ 815,40
Palestra Carnaval 14/02/2019	R\$ 4,53	3	12	R\$ 163,08
Palhoça Clube 17/03/2019	R\$ 4,53	6	90	R\$ 2.446,20
Kilo de Amor 13/04/2019	R\$ 4,53	8	14	R\$ 507,36
Feijoada 07/07/2019	R\$ 4,53	10	12	R\$ 543,60
Bazar 25 e 26 /09/2019	R\$ 4,53	24	25	R\$ 2.718,00
Leilão do Gado 4,5,6,10/2019	R\$ 4,53	20	20	R\$ 1.812,00
Barraca de Natal 23,24,25/2019	R\$ 4,53	20	14	R\$ 1.268,40
<b>Total</b>	<b>R\$ 4,53</b>	<b>127</b>	<b>216</b>	<b>R\$ 11.796,12</b>

Em 31 de dezembro de 2018 a mensuração destes trabalhos foi realizada com base nas horas despendidas, avaliadas pelas taxas horárias praticadas por esses profissionais no montante de R\$ 16.318,26 (dezesseis mil, trezentos e dezoito reais e vinte e seis centavos):

Eventos	Valor hora	Horas	Quant pessoas	Valor total (em R\$)
Charutos 02/02/2018	R\$ 5,67	12	15	R\$ 952,56
Charutos 23/03/2018	R\$ 5,67	12	13	R\$ 884,52
Polenta Com Frango 13/04/2018	R\$ 5,67	10	12	R\$ 680,40
1 KI De Amor 14/04/2018	R\$ 5,67	6	80	R\$ 2.721,60
Kibe 18/05/2018	R\$ 5,67	12	14	R\$ 952,56
Croquete 27/04/2018	R\$ 5,67	10	12	R\$ 680,40
Festa Junina Da Santa Casa 09/06/2018	R\$ 5,67	10	14	R\$ 793,80
Festa Quadrilha Alfa 23/06/2018	R\$ 5,67	8	12	R\$ 544,32
Bilheteria Icasa 24/02/2018	R\$ 5,67	10	15	R\$ 850,50
Leilão De Gado 04,05/08/2018	R\$ 5,67	24	25	R\$ 3.402,00
Charutos – 17/08/2018	R\$ 5,67	12	15	R\$ 1.020,60
Feijoada – 25/08/2018	R\$ 5,67	18	6	R\$ 612,36
Carros Antigos – 25/08/2018	R\$ 5,67	12	20	R\$ 1.360,80
Palhoça Club – 09/12/2018	R\$ 5,67	12	6	R\$ 408,24
Barraca Praça – 20 S 23/12/2018	R\$ 5,67	10	8	R\$ 453,60
<b>Total</b>	<b>R\$ 5,67</b>	<b>178</b>	<b>267</b>	<b>R\$ 16.318,26</b>

## 25. Gratuidade

Considerando a promulgação da Lei nº 12.101 em 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, para fazer jus ao Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), a entidade de assistência social deve oferecer suas ações de forma gratuita, continuada e planejada e manter escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ainda de acordo com o Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, as ações das entidades beneficentes de Assistência Social poderão ser executadas por meio de parcerias com entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuem nas áreas da assistência social e/ ou educação e/ ou saúde firmadas mediante ajustes ou instrumentos de colaboração.

## 26. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Entidade estão apresentados a seguir:

### **Gestão de risco de capital**

A Administração da Entidade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos.

### **Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado.**

Os instrumentos financeiros mantidos pela Entidade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo.

### **Riscos associados**

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações contábeis e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, a Entidade está sujeita aos fatores de:

### **Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

### **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações contábeis. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

## 27. Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e risco diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

\* \* \*